

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE CRONOLÓGICO DA LEGISLAÇÃO (Normas Organizadas Cronologicamente)	12
--	----

▪ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	40
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	43
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS	106
EMENDAS CONSTITUCIONAIS	123
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DA CRFB/1988 E DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	151

▪ CÓDIGO CIVIL

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO – DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 04 DE SETEMBRO DE 1942	190
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO CIVIL	193
CÓDIGO CIVIL – LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002	203
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO CIVIL	310

▪ CÓDIGO COMERCIAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO COMERCIAL	340
CÓDIGO COMERCIAL – LEI Nº 556, DE 25 DE JUNHO DE 1850	341
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO COMERCIAL	359

▪ CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	364
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	371
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015	377
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	452

▪ CÓDIGO PENAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO PENAL	484
LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.914, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1941	486
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA NOVA PARTE GERAL DO CÓDIGO PENAL	488
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL	494
CÓDIGO PENAL – DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940	502
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO PENAL	535

▪ CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	554
LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.931, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1941	557
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	558
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 03 DE OUTUBRO DE 1941	563
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	615
▪ CÓDIGO PENAL MILITAR	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO PENAL MILITAR	640
CÓDIGO PENAL MILITAR – DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969	643
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO PENAL MILITAR	670
▪ CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	676
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR – DECRETO-LEI Nº 1.002, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969	680
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR	724
▪ CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL	730
CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL – LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966	733
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL	752
▪ CÓDIGO ELEITORAL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO ELEITORAL	758
CÓDIGO ELEITORAL – LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965	760
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO ELEITORAL	794
▪ CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	798
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990	799
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	810
▪ CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	816
CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997	817
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	850
▪ CÓDIGO FLORESTAL	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DO CÓDIGO FLORESTAL	858
CÓDIGO FLORESTAL – LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012	859
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO FLORESTAL	872
▪ CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO	
ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO	878
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO	883
CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO – DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943	887
ÍNDICE REMISSIVO DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO	957

■ ESTATUTOS	
ESTATUTO DA TERRA – LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964	970
ESTATUTO DO ÍNDIO – LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973	985
ESTATUTO DOS MILITARES – LEI Nº 6.880, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1980	989
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990	1005
ESTATUTO DA CIDADE – LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001	1033
ESTATUTO DO TORCEDOR – LEI Nº 10.671, DE 15 DE MAIO DE 2003	1039
ESTATUTO DO IDOSO – LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003	1044
ESTATUTO DO DESARMAMENTO – LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003	1051
ESTATUTO DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE – LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006	1056
ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL – LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010	1080
ESTATUTO DA JUVENTUDE – LEI Nº 12.852, DE 05 DE AGOSTO DE 2013	1085
ESTATUTO GERAL DAS GUARDAS MUNICIPAIS – LEI Nº 13.022, DE 8 DE AGOSTO DE 2014	1090
ESTATUTO DA METRÓPOLE – LEI Nº 13.089, DE 12 DE JANEIRO DE 2015	1092
ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015	1095
ESTATUTO DA PRIMEIRA INFÂNCIA – LEI Nº 13.257, DE 8 DE MARÇO DE 2016	1106
ESTATUTO JURÍDICO DA EMPRESA PÚBLICA, DA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E DE SUAS SUBSIDIÁRIAS – LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016	1109
ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB – LEI Nº 8.906, DE 04 DE JULHO DE 1994	1123
- REGULAMENTO GERAL DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB	1133
- CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB – RESOLUÇÃO Nº 02/2015, DO CONSELHO FEDERAL DA OAB	1148
- ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO DO CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB	1154
■ LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	1157
■ LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL	2179
■ ÍNDICE ALFABÉTICO DE ASSUNTOS	
ÍNDICE ALFABÉTICO DE ASSUNTOS - ESTATUTOS, LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR E INTERNACIONAL	2332
■ REGIMENTOS INTERNOS	
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	2344
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	2367
■ SÚMULAS	
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO – ENUNCIADOS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES (STF - STJ - TST - TSE - STM)	2398
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	2418
SÚMULAS VINCULANTES	2418
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	2421
SÚMULAS	2421
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	2437
SÚMULAS	2437
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	2453
SÚMULAS	2453
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	2454
SÚMULAS	2454
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	2457
SÚMULAS	2457
ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DO TRIBUNAL PLENO/ÓRGÃO ESPECIAL	2477
ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS – SDC	2478

ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SUBSEÇÃO 1 TRANSITÓRIA DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS	2480
ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SUBSEÇÃO 1 DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS – SDI-1	2484
ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DA SUBSEÇÃO 2 DA SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS – SDI-2	2499
PRECEDENTES NORMATIVOS	2506
ENUNCIADOS DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF – JORNADAS DE DIREITO CIVIL I A VIII	2509
VIII JORNADA DE DIREITO CIVIL	2526
I JORNADA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL	2528
ENUNCIADOS APROVADOS	2528
II JORNADA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL	2531
ENUNCIADOS APROVADOS	2531
ENUNCIADOS DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL – CJF – JORNADAS DE DIREITO COMERCIAL I E II	2533
ENUNCIADOS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO – ANAMATRA I E II JORNADAS DE DIREITO DO TRABALHO	2536
▪ NORMAS COVID-19 – ADENDO ESPECIAL	
NORMAS COVID-19	2552

ÍNDICE CRONOLÓGICO

Normas Organizadas Cronologicamente

■ LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 24, DE 7 DE JANEIRO DE 1975	1309
<i>Dispõe sobre os convênios para a concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 35, DE 14 DE MARÇO DE 1979	1346
<i>Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 63, DE 11 DE JANEIRO DE 1990	1398
<i>Dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidas, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990	1410
<i>Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 70, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991	1481
<i>Institui contribuição para financiamento da Seguridade Social, eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras, e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1993	1495
<i>Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 20 DE MAIO DE 1993	1510
<i>Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 76, DE 6 DE JULHO DE 1993.....	1546
<i>Dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 78, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1993	1552
<i>Disciplina a fixação do número de Deputados, nos termos do art. 45, § 1º, da Constituição Federal.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 80, DE 12 DE JANEIRO DE 1994	1553
<i>Organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996.....	1610
<i>Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998	1694
<i>Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 97, DE 9 DE JUNHO DE 1999	1783
<i>Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000	1791
<i>Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 105, DE 10 DE JANEIRO DE 2001	1809
<i>Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 108, DE 29 DE MAIO DE 2001	1814
<i>Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 109, DE 29 DE MAIO DE 2001	1815
<i>Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 116, DE 31 DE JULHO DE 2003.....	1838
<i>Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 118, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005	1873
<i>Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional, e dispõe sobre a interpretação do inciso I do art. 168 da mesma Lei.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006	1156
<i>Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte</i>	

LEI COMPLEMENTAR Nº 140, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011	1996
<i>Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 142, DE 8 DE MAIO DE 2013	2021
<i>Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 146, DE 25 DE JUNHO DE 2014	2043
<i>Estende a estabilidade provisória prevista na alínea b do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 150, DE 1º DE JUNHO DE 2015.....	2062
<i>Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 151, DE 5 DE AGOSTO DE 2015	2068
<i>Altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014; revoga as Leis nºs 10.819, de 16 de dezembro de 2003, e 11.429, de 26 de dezembro de 2006; e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 152, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015	2073
<i>Dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 159, DE 19 DE MAIO DE 2017	2113
<i>Institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e altera as Leis Complementares no 101, de 4 de maio de 2000, e no 156, de 28 de dezembro de 2016.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 162, DE 6 DE ABRIL DE 2018.....	2139
<i>Institui o Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN).</i>	
▪ LEIS	
LEI Nº 556, DE 25 DE JUNHO DE 1850	341
<i>Código Comercial do Império do Brasil.</i>	
LEI Nº 605, DE 5 DE JANEIRO DE 1949.....	1182
<i>Repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.</i>	
LEI Nº 810, DE 6 DE SETEMBRO DE 1949.....	1183
<i>Define o ano civil</i>	
LEI Nº 1.060, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950.....	1183
<i>Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.</i>	
LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950.....	1183
<i>Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.</i>	
LEI Nº 1.408, DE 9 DE AGOSTO DE 1951	1188
<i>Prorroga vencimento de prazos judiciais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 1.521, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951	1188
<i>Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular.</i>	
LEI Nº 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952	1189
<i>Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.</i>	
LEI Nº 2.889, DE 1º DE OUTUBRO DE 1956.....	1190
<i>Define e pune o crime de genocídio.</i>	
LEI Nº 4.090, DE 13 DE JULHO DE 1962.....	1190
<i>Institui a gratificação de Natal para os trabalhadores.</i>	
LEI Nº 4.132, DE 10 DE SETEMBRO DE 1962.....	1190
<i>Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.</i>	
LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964	1191
<i>Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.</i>	
LEI Nº 4.375, DE 17 DE AGOSTO DE 1964	1196
<i>Lei do Serviço Militar.</i>	
LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964	970
<i>Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências</i>	

LEI Nº 4.591, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1964	1201
<i>Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.</i>	
LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964	1211
<i>Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965	1217
<i>Regula a ação popular.</i>	
LEI Nº 4.728, DE 14 DE JULHO DE 1965	1219
<i>Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento.</i>	
LEI Nº 4.729, DE 14 DE JULHO DE 1965	1227
<i>Define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965	760
<i>Institui o Código Eleitoral.</i>	
LEI Nº 4.749, DE 12 DE AGOSTO DE 1965	1227
<i>Dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.</i>	
LEI Nº 4.886, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965	1227
<i>Regula as atividades dos representantes comerciais autônomos.</i>	
LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966	733
<i>Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.</i>	
LEI Nº 5.197, DE 3 DE JANEIRO DE 1967	1241
<i>Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 5.256, DE 6 DE ABRIL DE 1967	1257
<i>Dispõe sobre a prisão especial.</i>	
LEI Nº 5.474, DE 18 DE JULHO DE 1968	1257
<i>Dispõe sobre as duplicatas e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 5.478, DE 25 DE JULHO DE 1968	1259
<i>Dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 5.584, DE 26 DE JUNHO DE 1970	1265
<i>Dispõe sobre normas de direito processual do trabalho, altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 5.741, DE 1 DE DEZEMBRO DE 1971	1266
<i>Dispõe sobre a proteção do financiamento de bens imóveis vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação.</i>	
LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971	1266
<i>Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 5.836, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1972	1277
<i>Dispõe sobre o Conselho de Justificação e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 5.889, DE 8 DE JUNHO DE 1973	1278
<i>Estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973	985
<i>Dispõe sobre o Estatuto do Índio.</i>	
LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973	1280
<i>Dispõe sobre os Registros Públicos e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.019, DE 3 DE JANEIRO DE 1974	1299
<i>Dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.024, DE 13 DE MARÇO DE 1974	1301
<i>Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.091, DE 15 DE AGOSTO DE 1974	1305
<i>Dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.099, DE 12 DE SETEMBRO DE 1974	1306
<i>Dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.194, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1974	1307
<i>Dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.</i>	
LEI Nº 6.385, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976	1310
<i>Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.</i>	

LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976	1315
<i>Dispõe sobre as sociedades por ações.</i>	
LEI Nº 6.515, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977	1344
<i>Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979	1354
<i>Concede anistia e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979	1355
<i>Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.830, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980	1360
<i>Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.880, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1980	989
<i>Dispõe sobre o Estatuto dos Militares, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.899, DE 8 DE ABRIL DE 1981	1363
<i>Determina a aplicação da correção monetária nos débitos oriundos de decisão judicial e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.902, DE 27 DE ABRIL DE 1981	1363
<i>Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981	1364
<i>Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.969, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1981	1368
<i>Dispõe sobre a aquisição, por usucapião especial, de imóveis rurais, altera a redação do § 2º do art. 589 do Código Civil e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.996, DE 7 DE JUNHO DE 1982	1368
<i>Dispõe sobre a utilização de processamento eletrônico de dados nos serviços eleitorais, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.106, DE 28 DE JUNHO DE 1983	1369
<i>Define os crimes de responsabilidade do governador do Distrito Federal, dos governadores dos Territórios Federais e de seus respectivos secretários, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.170, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1983	1369
<i>Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984	1371
<i>Institui a Lei de Execução Penal.</i>	
LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985	1384
<i>Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.357, DE 2 DE SETEMBRO DE 1985	1385
<i>Dispõe sobre o cheque e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.418, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1985	1388
<i>Institui o Vale-Transporte e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986	1390
<i>Define os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.689, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1988	1392
<i>Institui contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989	1393
<i>Define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor.</i>	
LEI Nº 7.783, DE 28 DE JUNHO DE 1989	1394
<i>Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.797, DE 10 DE JULHO DE 1989	1394
<i>Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989	1395
<i>Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.913, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1989	1397
<i>Dispõe sobre a ação civil pública de responsabilidade por danos causados aos investidores no mercado de valores mobiliários.</i>	
LEI Nº 7.960, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1989	1397
<i>Dispõe sobre prisão temporária.</i>	

LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990.....	1399
<i>Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.009, DE 29 DE MARÇO DE 1990	1402
<i>Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.</i>	
LEI Nº 8.021, DE 12 DE ABRIL DE 1990.....	1402
<i>Dispõe sobre a identificação dos contribuintes para fins fiscais, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990.....	1403
<i>Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990.....	1414
<i>Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.....	1005
<i>Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990.....	1416
<i>Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.</i>	
LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.....	799
<i>Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990.....	1417
<i>Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990	1422
<i>Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.</i>	
LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990	1438
<i>Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.171, DE 17 DE JANEIRO DE 1991.....	1439
<i>Dispõe sobre a política agrícola.</i>	
LEI Nº 8.176, DE 8 DE FEVEREIRO DE 1991.....	1445
<i>Define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis.</i>	
LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991.....	1445
<i>Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991.....	1458
<i>Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.239, DE 4 DE OUTUBRO DE 1991	1474
<i>Regulamenta o art. 143, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, que dispõe sobre a prestação de serviço alternativo ao serviço militar obrigatório.</i>	
LEI Nº 8.245, DE 18 DE OUTUBRO DE 1991	1475
<i>Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.</i>	
LEI Nº 8.397, DE 6 DE JANEIRO DE 1992.....	1481
<i>Institui medida cautelar fiscal e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992	1482
<i>Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.437, DE 30 DE JUNHO DE 1992	1485
<i>Dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.457, DE 4 DE SETEMBRO DE 1992.....	1486
<i>Organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus Serviços Auxiliares.</i>	
LEI Nº 8.542, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1992	1493
<i>Dispõe sobre a política nacional de salários.</i>	
LEI Nº 8.560, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992	1494
<i>Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.620, DE 5 DE JANEIRO DE 1993.....	1494
<i>Altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.625, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1993.....	1499
<i>Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993.....	1506
<i>Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.</i>	

LEI Nº 8.658, DE 26 DE MAIO DE 1993.....	1529
<i>Dispõe sobre a aplicação, nos Tribunais de Justiça e nos Tribunais Regionais Federais, das normas da Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, sobre ações penais originárias.</i>	
LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993	1529
<i>Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993	1547
<i>Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.870, DE 15 DE ABRIL DE 1994.....	1565
<i>Altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.906, DE 04 DE JULHO DE 1994.....	1123
<i>Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.</i>	
LEI Nº 8.934, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994	1567
<i>Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.935, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994	1571
<i>Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro.</i>	
LEI Nº 8.971, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1994	1573
<i>Regula o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão.</i>	
LEI Nº 8.984, DE 7 DE FEVEREIRO DE 1995.....	1574
<i>Estende a competência da Justiça do Trabalho (art. 114 da Constituição Federal).</i>	
LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995.....	1574
<i>Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.029, DE 13 DE ABRIL DE 1995.....	1578
<i>Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.051, DE 18 DE MAIO DE 1995.....	1579
<i>Dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações.</i>	
LEI Nº 9.074, DE 7 DE JULHO DE 1995.....	1579
<i>Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995.....	1583
<i>Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995	1589
<i>Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995	1593
<i>Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.263, DE 12 DE JANEIRO DE 1996.....	1597
<i>Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.265, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1996.....	1598
<i>Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.</i>	
LEI Nº 9.278, DE 10 DE MAIO DE 1996.....	1598
<i>Regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996.....	1598
<i>Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.</i>	
LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996.....	1610
<i>Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996.....	1615
<i>Dispõe sobre a arbitragem.</i>	
LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996	1618
<i>Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.</i>	
LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997.....	1628
<i>Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.</i>	
LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997.....	1632
<i>Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 9.447, DE 14 DE MARÇO DE 1997	1633
<i>Dispõe sobre a responsabilidade solidária de controladores de instituições submetidas aos regimes de que tratam a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e o Decreto-lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987; sobre a indisponibilidade de seus bens; sobre a responsabilização das empresas de auditoria contábil ou dos auditores contábeis independentes; sobre privatização de instituições cujas ações sejam desapropriadas, na forma do Decreto-lei nº 2.321, de 1987, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997	1639
<i>Define os crimes de tortura e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.469, DE 10 DE JULHO DE 1997	1639
<i>Regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, antes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária; revoga a Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991, e a Lei nº 9.081, de 19 de julho de 1995, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997	1640
<i>Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.</i>	
LEI Nº 9.492, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997	1652
<i>Define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.494, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997	1655
<i>Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997	817
<i>Institui o Código de Trânsito Brasileiro.</i>	
LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997	1655
<i>Estabelece normas para as eleições.</i>	
LEI Nº 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997	1672
<i>Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data.</i>	
LEI Nº 9.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997	1673
<i>Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.601, DE 21 DE JANEIRO DE 1998.....	1679
<i>Dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998.....	1680
<i>Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.608, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998.....	1685
<i>Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.609, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998.....	1685
<i>Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998.....	1686
<i>Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.613, DE 3 DE MARÇO DE 1998	1696
<i>Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.636, DE 15 DE MAIO DE 1998.....	1699
<i>Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998.....	1708
<i>Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.656, DE 3 DE JUNHO DE 1998	1711
<i>Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.</i>	
LEI Nº 9.676, DE 30 DE JUNHO DE 1998	1719
<i>Dispõe sobre a periodicidade de recolhimento das contribuições previdenciárias arrecadadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.</i>	
LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998	1719
<i>Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999.....	1720
<i>Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.</i>	

LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999	1723
<i>Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.801, DE 14 DE JUNHO DE 1999	1785
<i>Dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesa e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.807, DE 13 DE JULHO DE 1999	1786
<i>Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.</i>	
LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999	1787
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 9.873, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999	1789
<i>Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999	1790
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.962, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2000	1790
<i>Disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000	1800
<i>Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.001, DE 04 DE SETEMBRO DE 2000	1805
<i>Dispõe sobre a prioridade nos procedimentos a serem adotados pelo Ministério Público e por outros órgãos a respeito das conclusões das comissões parlamentares de inquérito.</i>	
LEI Nº 10.028, DE 19 DE OUTUBRO DE 2000	1805
<i>Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.</i>	
LEI Nº 10.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000	1806
<i>Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000	1806
<i>Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.101, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000	1808
<i>Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.188, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2001	1811
<i>Cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.192, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2001	1812
<i>Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.216, DE 6 DE ABRIL DE 2001	1813
<i>Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.</i>	
LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001	1033
<i>Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001	1821
<i>Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.</i>	
LEI Nº 10.303, DE 31 DE OUTUBRO DE 2001	1823
<i>Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.</i>	
LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002	203
<i>Institui o Código Civil.</i>	
LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002	1824
<i>Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.522, DE 19 DE JULHO DE 2002	1826
<i>Dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 10.637, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2002	1832
<i>Dispõe sobre a não cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.671, DE 15 DE MAIO DE 2003.....	1039
<i>Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003	1044
<i>Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.792, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2003	1843
<i>Altera a Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 – Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.820, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003	1843
<i>Dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003	1051
<i>Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003	1845
<i>Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.833, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003	1846
<i>Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.931, DE 2 DE AGOSTO DE 2004	1859
<i>Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis nºs 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 4.728, de 14 de julho de 1965, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.962, DE 11 DE OUTUBRO DE 2004	1864
<i>Dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor.</i>	
LEI Nº 10.996, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2004	1864
<i>Altera a legislação tributária federal e as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003.</i>	
LEI Nº 11.076, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004	1865
<i>Dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário – CDA, o Warrant Agropecuário – WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio – LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA, dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.973, de 29 de maio de 2000, que dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários, 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural – CPR, 9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário e institui a alienação fiduciária de coisa imóvel, e altera a Taxa de Fiscalização de que trata a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004	1869
<i>Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.</i>	
LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005.....	1873
<i>Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.</i>	
LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005	1888
<i>Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005	1892
<i>Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.284, DE 2 DE MARÇO DE 2006	1894
<i>Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDf; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006	1903
<i>Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006	1907
<i>Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006	1916
<i>Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.419, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006	1916
<i>Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.428, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006	1918
<i>Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.457, DE 16 DE MARÇO DE 2007	1921
<i>Dispõe sobre a Administração Tributária Federal; altera as Leis nºs 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.910, de 15 de julho de 2004, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.098, de 13 de janeiro de 2005, e 9.317, de 5 de dezembro de 1996; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.482, DE 31 DE MAIO DE 2007.....	1928
<i>Efetua alterações na tabela do imposto de renda da pessoa física; dispõe sobre a redução a 0 (zero) da alíquota da CPMF nas hipóteses que menciona; altera as Leis nºs 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.128, de 28 de junho de 2005, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 10.260, de 12 de julho de 2001, 6.194, de 19 de dezembro de 1974, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 9.432, de 8 de janeiro de 1997, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 8.402, de 8 de janeiro de 1992, 6.094, de 30 de agosto de 1974, 8.884, de 11 de junho de 1994, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.706, de 14 de setembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs 11.119, de 25 de maio de 2005, 11.311, de 13 de junho de 2006, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e do Decreto-Lei nº 2.433, de 19 de maio de 1988; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.577, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2007	1930
<i>Torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.</i>	
LEI Nº 11.598, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2007	1930
<i>Estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM; altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.715, de 22 de novembro de 1979, e das Leis nºs 7.711, de 22 de dezembro de 1988, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.906, de 4 de julho de 1994; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.636, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007	1932
<i>Dispõe sobre as custas judiciais devidas no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.</i>	
LEI Nº 11.638, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007	1932
<i>Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.</i>	
LEI Nº 11.648, DE 31 DE MARÇO DE 2008	1933
<i>Dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.649, DE 4 DE ABRIL DE 2008.....	1933
<i>Dispõe sobre procedimento na operação de arrendamento mercantil de veículo automotivo (leasing), e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.671, DE 8 DE MAIO DE 2008.....	1933
<i>Dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.705, DE 19 DE JUNHO DE 2008	1935
<i>Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.770, DE 9 DE SETEMBRO DE 2008.....	1947
<i>Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.</i>	
LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.....	1949
<i>Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.794, DE 8 DE OUTUBRO DE 2008	1951
<i>Regulamenta o inciso VII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; revoga a Lei nº 6.638, de 8 de maio de 1979; e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 11.795, DE 8 DE OUTUBRO DE 2008	1953
<i>Dispõe sobre o Sistema de Consórcio.</i>	
LEI Nº 11.804, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2008	1955
<i>Disciplina o direito a alimentos gravídicos e a forma como ele será exercido e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.007, DE 29 DE JULHO DE 2009	1956
<i>Dispõe sobre a emissão de declaração de quitação anual de débitos pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos ou privados.</i>	
LEI Nº 12.009, DE 29 DE JULHO DE 2009	1956
<i>Regulamenta o exercício das atividades dos profissionais em transporte de passageiros, “mototaxista”, em entrega de mercadorias e em serviço comunitário de rua, e “motoboy”, com o uso de motocicleta, altera a Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre regras de segurança dos serviços de transporte remunerado de mercadorias em motocicletas e motonetas – moto-frete –, estabelece regras gerais para a regulação deste serviço e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.010, DE 3 DE AGOSTO DE 2009	1956
<i>Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009	1957
<i>Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.030, DE 17 DE SETEMBRO DE 2009	1958
<i>Dispõe sobre as perícias oficiais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.034, DE 29 DE SETEMBRO DE 2009	1958
<i>Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral.</i>	
LEI Nº 12.037, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009	1959
<i>Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 12.153, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009	1960
<i>Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.</i>	
LEI Nº 12.232, DE 29 DE ABRIL DE 2010	1961
<i>Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010	1080
<i>Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.</i>	
LEI Nº 12.291, DE 20 DE JULHO DE 2010	1964
<i>Torna obrigatória a manutenção de exemplar do Código de Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços.</i>	
LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010	1964
<i>Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.318, DE 26 DE AGOSTO DE 2010	1971
<i>Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.</i>	
LEI Nº 12.353, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2010	1971
<i>Dispõe sobre a participação de empregados nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.414, DE 9 DE JUNHO DE 2011	1972
<i>Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplimento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito.</i>	
LEI Nº 12.462, DE 4 DE AGOSTO DE 2011	1974
<i>Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nºs 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998.</i>	
LEI Nº 12.506, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011	1980
<i>Dispõe sobre o aviso-prévio e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011	1980
<i>Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.528, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011	1984
<i>Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.</i>	
LEI Nº 12.529, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011	1985
<i>Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.562, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011	1998
<i>Regulamenta o inciso III do art. 36 da Constituição Federal, para dispor sobre o processo e julgamento da representação interventiva perante o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012.....	1999
<i>Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.....	2002
<i>Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.</i>	
LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012.....	859
<i>Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.662, DE 5 DE JUNHO DE 2012	2015
<i>Assegura validade nacional à Declaração de Nascido Vivo – DNV, regula sua expedição, altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.682, DE 9 DE JULHO DE 2012.....	2015
<i>Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.</i>	
LEI Nº 12.690, DE 19 DE JULHO DE 2012.....	2016
<i>Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Dec.-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.</i>	
LEI Nº 12.694, DE 24 DE JULHO DE 2012.....	2017
<i>Dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências</i>	
LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012	2018
<i>Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.714, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012.....	2019
<i>Dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança.</i>	
LEI Nº 12.741, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2012	2019
<i>Dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o § 5º do artigo 150 da Constituição Federal; altera o inciso III do art. 6º e o inciso IV do art. 106 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.</i>	
LEI Nº 12.761, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012	2020
<i>Institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.815, DE 5 DE JUNHO DE 2013	2022
<i>Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; altera as Leis nºs 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991; revoga as Leis nºs 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de dezembro de 2007, e dispositivos das Leis nºs 11.314, de 3 de julho de 2006, e 11.518, de 5 de setembro de 2007; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.830, DE 20 DE JUNHO DE 2013	2027
<i>Dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia.</i>	

LEI Nº 12.845, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.....	2028
<i>Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.</i>	
LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.....	2028
<i>Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.847, DE 2 DE AGOSTO DE 2013.....	2030
<i>Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.850, DE 2 DE AGOSTO DE 2013.....	2032
<i>Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.852, DE 05 DE AGOSTO DE 2013.....	1085
<i>Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.</i>	
LEI Nº 12.853, DE 14 DE AGOSTO DE 2013.....	2036
<i>Altera os arts. 5º, 68, 97, 98, 99 e 100, acrescenta arts. 98-A, 98-B, 98-C, 99-A, 99-B, 100-A, 100-B e 109-A e revoga o art. 94 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.879, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2013.....	2036
<i>Dispõe sobre a gratuidade dos atos de registro, pelas associações de moradores, necessários à adaptação estatutária à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e para fins de enquadramento dessas entidades como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.</i>	
LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014.....	2037
<i>Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.</i>	
LEI Nº 12.977, DE 20 DE MAIO DE 2014.....	2040
<i>Regula e disciplina a atividade de desmontagem de veículos automotores terrestres; altera o art. 126 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.984, DE 2 DE JUNHO DE 2014.....	2042
<i>Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de AIDS.</i>	
LEI Nº 12.990, DE 9 DE JUNHO DE 2014.....	2042
<i>Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.</i>	
LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014.....	2044
<i>Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)</i>	
LEI Nº 13.022, DE 8 DE AGOSTO DE 2014.....	1090
<i>Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais.</i>	
LEI Nº 13.060, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014.....	2053
<i>Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional.</i>	
LEI Nº 13.089, DE 12 DE JANEIRO DE 2015.....	1092
<i>Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.097, DE 19 DE JANEIRO DE 2015.....	2053
<i>Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores; prorroga os benefícios previstos nas Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.440, de 14 de março de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 12.024, de 27 de agosto de 2009, e 12.375, de 30 de dezembro de 2010; altera o art. 46 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre a devolução ao exterior ou a destruição de mercadoria estrangeira cuja importação não seja autorizada; altera as Leis nºs 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 12.973, de 13 de maio de 2014, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 6.634, de 2 de maio de 1979, 7.433, de 18 de dezembro de 1985, 11.977, de 7 de julho de 2009, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.074, de 7 de julho de 1995, 12.783, de 11 de janeiro de 2013, 11.943, de 28 de maio de 2009, 10.848, de 15 de março de 2004, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 12.850, de 2 de agosto de 2013, 5.070, de 7 de julho de 1966, 9.472, de 16 de julho de 1997, 10.480, de 2 de julho de 2002, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 6.530, de 12 de maio de 1978, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 8.080, de 19 de setembro de 1990, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 13.043, de 13 de novembro de 2014, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.482, de 31</i>	

de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto-Lei nº 745, de 7 de agosto de 1969, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 7.789, de 23 de novembro de 1989, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.973, de 13 de maio de 2014, 8.177, de 1º de março de 1991, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004 e 9.514, de 20 de novembro de 1997, e do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; e dá outras providências.

LEI Nº 13.103, DE 2 DE MARÇO DE 2015 2055
Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, e 11.442, de 5 de janeiro de 2007 (empresas e transportadores autônomos de carga), para disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; altera a Lei nº 7.408, de 25 de novembro de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012; e dá outras providências.

LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015 377
Código de Processo Civil.

LEI Nº 13.111, DE 25 DE MARÇO DE 2015 2061
Dispõe sobre a obrigatoriedade de os empresários que comercializam veículos automotores informarem ao comprador o valor dos tributos incidentes sobre a venda e a situação de regularidade do veículo quanto a furto, multas, taxas anuais, débitos de impostos, alienação fiduciária ou quaisquer outros registros que limitem ou impeçam a circulação do veículo.

LEI Nº 13.140, DE 26 DE JUNHO DE 2015 2065
Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 1095
Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

LEI Nº 13.152, DE 29 DE JULHO DE 2015 2068
Dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para o período de 2016 a 2019.v. CF/1988: arts. 7º, IV, 201, § 2º, 203, V, e 239, § 3º.

LEI Nº 13.165, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015 2069
Altera as Leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina.

LEI Nº 13.185, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015 2070
Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).

LEI Nº 13.188, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015 2070
Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.

LEI Nº 13.189, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015 2071
Institui o Programa Seguro-Emprego – PSE.

LEI Nº 13.239, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015 2076
Dispõe sobre a oferta e a realização, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, de cirurgia plástica reparadora de sequelas de lesões causadas por atos de violência contra a mulher.

LEI Nº 13.240, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015 2077
Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Lei nºs 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015.

LEI Nº 13.254, DE 13 DE JANEIRO DE 2016..... 2080
Dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País.

LEI Nº 13.257, DE 8 DE MARÇO DE 2016 1106
Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012.

LEI Nº 13.260, DE 16 DE MARÇO DE 2016 2083
Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nºs 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013.

LEI Nº 13.267, DE 6 DE ABRIL DE 2016..... 2085
Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior.

LEI Nº 13.271, DE 15 DE ABRIL DE 2016 2085
Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais.

LEI Nº 13.294, DE 6 DE JUNHO DE 2016	2098
<i>Dispõe sobre o prazo para emissão de recibo de quitação integral de débitos de qualquer natureza pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, nos termos da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.</i>	
LEI Nº 13.300, DE 23 DE JUNHO DE 2016	2098
<i>Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016	1109
<i>Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</i>	
LEI Nº 13.311, DE 11 DE JULHO DE 2016	2099
<i>Institui, nos termos do caput do art. 182 da Constituição Federal, normas gerais para a ocupação e utilização de área pública urbana por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas.</i>	
LEI Nº 13.334, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016	2099
<i>Cria o Programa de Parcerias de Investimentos – PPI; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.344, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016	2102
<i>Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).</i>	
LEI Nº 13.425, DE 30 DE MARÇO DE 2017	2111
<i>Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.428, DE 30 DE MARÇO DE 2017	2113
<i>Altera a Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, que “Dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País”.</i>	
LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017	2116
<i>Institui a Lei de Migração.</i>	
LEI Nº 13.455, DE 26 DE JUNHO DE 2017	2124
<i>Dispõe sobre a diferenciação de preços de bens e serviços oferecidos ao público em função do prazo ou do instrumento de pagamento utilizado, e altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004.</i>	
LEI Nº 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017	2124
<i>Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.</i>	
LEI Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017	2126
<i>Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória no 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-leis nºs 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.608, DE 10 DE JANEIRO DE 2018	2138
<i>Dispõe sobre o serviço telefônico de recebimento de denúncias e sobre recompensa por informações que auxiliem nas investigações policiais; e altera o art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para prover recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para esses fins.</i>	
LEI Nº 13.656, DE 30 DE ABRIL DE 2018	2139
<i>Isenta os candidatos que especifica do pagamento de taxa de inscrição em concursos para provimento de cargo efetivo ou emprego permanente em órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta da União.</i>	
LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018	2141
<i>Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (Ementa com redação dada pela Lei 13.853/2019)</i>	
LEI Nº 13.726, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018	2149
<i>Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação.</i>	
LEI Nº 13.810, DE 8 DE MARÇO DE 2019	2149
<i>Dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados; e revoga a Lei nº 13.170, de 16 de outubro de 2015.</i>	

LEI Nº 13.812, DE 16 DE MARÇO DE 2019	2151
<i>Institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).</i>	
LEI Nº 13.848, DE 25 DE JUNHO DE 2019	2155
<i>Dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras, altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e a Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001.</i>	
LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019.....	2165
<i>Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).</i>	
LEI Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019.....	2167
<i>Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.966, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019	2169
<i>Dispõe sobre o sistema de franquia empresarial e revoga a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994 (Lei de Franquia).</i>	
LEI Nº 13.974, DE 7 DE JANEIRO DE 2020.....	2170
<i>Dispõe sobre o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), de que trata o art. 14 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.</i>	
LEI Nº 13.988, DE 14 DE ABRIL DE 2020	2172
<i>Dispõe sobre a transação nas hipóteses que especifica; e altera as Leis nºs 13.464, de 10 de julho de 2017, e 10.522, de 19 de julho de 2002.</i>	
LEI Nº 13.999, DE 18 DE MAIO DE 2020.....	2174
<i>Institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios; e altera as Leis nºs 13.636, de 20 de março de 2018, 10.735, de 11 de setembro de 2003, e 9.790, de 23 de março de 1999.</i>	
■ DECRETOS-LEIS	
DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937	1161
<i>Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.</i>	
DECRETO-LEI Nº 58, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1937	1163
<i>Dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações.</i>	
DECRETO-LEI Nº 2.627, DE 26 DE SETEMBRO DE 1940.....	1165
<i>Dispõe sobre as sociedades por ações.</i>	
DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940	502
<i>Código Penal.</i>	
DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941	1166
<i>Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.</i>	
DECRETO-LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941	1169
<i>Lei das Contravenções Penais.</i>	
DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 03 DE OUTUBRO DE 1941	563
<i>Código de Processo Penal.</i>	
DECRETO-LEI Nº 3.914, DE 09 DE DEZEMBRO DE 1941	486
<i>Lei de Introdução ao Código Penal (Decreto-Lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940) e à Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei n. 3.688, de 03 de outubro de 1941).</i>	
DECRETO-LEI Nº 3.931, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1941	557
<i>Lei de Introdução ao Código de Processo Penal Decreto-Lei n. 3.689, de 03 de outubro de 1941).</i>	
DECRETO-LEI Nº 4.597, DE 19 DE AGOSTO DE 1942	1172
<i>Dispõe sobre a prescrição das ações contra a Fazenda Pública e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 04 DE SETEMBRO DE 1942.....	190
<i>Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro</i>	
DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943.....	887
<i>Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.</i>	
DECRETO-LEI Nº 9.760, DE 5 DE SETEMBRO DE 1946.....	1172
<i>Dispõe sobre os bens imóveis da União dá outras providências.</i>	

DECRETO-LEI Nº 37, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1966	1230
<i>Dispõe sobre o Imposto de Importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 195, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1967	1243
<i>Dispõe sobre a cobrança da Contribuição de Melhoria.</i>	
DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967	1244
<i>Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967	1255
<i>Dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 406, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1968	1260
<i>Estabelece normas gerais de direito financeiro, aplicáveis aos impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de qualquer natureza, e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 779, DE 21 DE AGOSTO DE 1969	1263
<i>Dispõe sobre a aplicação de normas processuais trabalhistas à União Federal, aos Estados, Municípios, Distrito Federal e Autarquias ou Fundações de direito público que não explorem atividade econômica.</i>	
DECRETO-LEI Nº 911, DE 1º DE OUTUBRO DE 1969	1263
<i>Altera a redação do art. 66 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária, e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969	643
<i>Código Penal Militar.</i>	
DECRETO-LEI Nº 1.002, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969	680
<i>Código de Processo Penal Militar.</i>	
DECRETO-LEI Nº 1.075, DE 22 DE JANEIRO DE 1970	1265
<i>Regula a imissão de posse, início litis, em imóveis residenciais urbanos.</i>	
DECRETO-LEI Nº 1.413, DE 14 DE AGOSTO DE 1975	1309
<i>Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais.</i>	
DECRETO-LEI Nº 2.321, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1987	1391
<i>Institui, em defesa das finanças públicas, regime de administração especial temporária, nas instituições financeiras privadas e públicas não federais, e dá outras providências.</i>	
■ DECRETOS	
DECRETO Nº 2.044 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1908	1158
<i>Define a letra de câmbio e a nota promissória e regula as operações cambiais.</i>	
DECRETO 18.871, DE 13 DE AGOSTO DE 1929	2180
<i>Promulga a Convenção de direito internacional privado, de Havana.</i>	
DECRETO 18.956, DE 22 DE OUTUBRO DE 1929	2194
<i>Promulga seis convenções de direito internacional público, aprovadas pela Sexta Conferência internacional americana.</i>	
DECRETO Nº 20.910, DE 6 DE JANEIRO DE 1932	1160
<i>Regula a prescrição quinquenal.</i>	
DECRETO Nº 22.626, DE 7 DE ABRIL DE 1933	1161
<i>Dispõe sobre os juros nos contratos e dá outras providências.</i>	
DECRETO 19.841, DE 22 DE OUTUBRO DE 1945	2196
<i>Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas.</i>	
DECRETO Nº 57.595, DE 4 DE JANEIRO DE 1966	2209
<i>Lei uniforme de cheques</i>	
DECRETO 57.663, DE 24 DE JANEIRO DE 1966	2217
<i>Promulga as Convenções para adoção de uma Lei Uniforme em matéria de letras de câmbio e notas promissórias.</i>	
DECRETO N. 61.078, DE 26 DE JULHO DE 1967	2226
<i>Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Consulares.</i>	
DECRETO Nº 64.362, DE 17 DE ABRIL DE 1969	2233
<i>Promulga o Tratado sobre Exploração e Uso do Espaço Cósmico.</i>	
DECRETO Nº 70.235, DE 6 DE MARÇO DE 1972	1273
<i>Dispõe sobre o processo administrativo fiscal e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 350, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1991	2235
<i>Promulga o Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (Tratado Mercosul).</i>	

DECRETO 678, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1992.....	2241
<i>Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.</i>	
DECRETO Nº 983, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1993.....	1547
<i>Dispõe sobre a colaboração dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com o Ministério Público Federal na repressão a todas as formas de improbidade administrativa.</i>	
DECRETO Nº 1.901, DE 9 DE MAIO DE 1996.....	2248
<i>Promulga o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul (Protocolo de Ouro Preto), de 17 de dezembro de 1994.</i>	
DECRETO Nº 1.979, DE 9 DE AGOSTO DE 1996.....	2252
<i>Promulga a Convenção Interamericana sobre Normas Gerais de Direito Internacional Privado, concluída em Montevideú, Uruguai, em 8 de maio de 1979.</i>	
DECRETO Nº 2.181, DE 20 DE MARÇO DE 1997.....	1634
<i>Dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SND, estabelece as normas gerais de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, revoga o Decreto nº 861, de 9 julho de 1993, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 2.626, DE 15 DE JUNHO DE 1998.....	2253
<i>Promulga o Protocolo de Medidas Cautelares, concluído em Ouro Preto, em 16 de dezembro de 1994.</i>	
DECRETO Nº 2.742, DE 20 DE AGOSTO DE 1998.....	2255
<i>Promulga o Protocolo ao Tratado da Antártida sobre Proteção ao Meio Ambiente, assinado em Madri, em 4 de outubro de 1991.</i>	
DECRETO Nº 3.048, DE 6 DE MAIO DE 1999.....	1725
<i>Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 3.832, DE 1º DE JUNHO DE 2001.....	2268
<i>Promulga o Estatuto da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, adotado na VII Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, de 9 a 31 de outubro de 1951.</i>	
DECRETO Nº 4.250, DE 27 DE MAIO DE 2002.....	1824
<i>Regulamenta a representação judicial da União, autarquias, fundações e empresas públicas federais perante os Juizados Especiais Federais, instituídos pela Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001.</i>	
DECRETO Nº 4.311, DE 23 DE JULHO DE 2002.....	2269
<i>Promulga a Convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras.</i>	
DECRETO Nº 4.388, DE 25 DE SETEMBRO DE 2002.....	2270
<i>Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.</i>	
DECRETO 4.982, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2004.....	2294
<i>Promulga o Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul.</i>	
DECRETO Nº 5.639, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2005.....	2299
<i>Promulga a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, assinada em Barbados, em 3 de junho de 2002.</i>	
DECRETO Nº 5.912, DE 27 DE SETEMBRO DE 2006.....	1915
<i>Regulamenta a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que trata das políticas públicas sobre drogas e da instituição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 6.488, DE 19 DE JUNHO DE 2008.....	1934
<i>Regulamenta os arts. 276 e 306 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, disciplinando a margem de tolerância de álcool no sangue e a equivalência entre os distintos testes de alcoolemia para efeitos de crime de trânsito.</i>	
DECRETO Nº 6.489, DE 19 DE JUNHO DE 2008.....	1935
<i>Regulamenta a Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008, no ponto em que restringe a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.</i>	
DECRETO Nº 6.514, DE 22 DE JULHO DE 2008.....	1936
<i>Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 7.030, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009.....	2301
<i>Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, com reserva aos Artigos 25 e 66.</i>	
DECRETO Nº 7.156, DE 9 DE ABRIL DE 2010.....	2309
<i>Promulga o texto do Estatuto Emendado da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, assinado em 30 de junho de 2005.</i>	
DECRETO Nº 7.203, DE 4 DE JUNHO DE 2010.....	1963
<i>Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.</i>	
DECRETO Nº 7.627, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.....	1985
<i>Regulamenta a monitoração eletrônica de pessoas prevista no Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.</i>	

DECRETO Nº 7.724, DE 16 DE MAIO DE 2012.....	2008
<i>Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.</i>	
DECRETO Nº 7.962, DE 15 DE MARÇO DE 2013.....	2021
<i>Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico.</i>	
DECRETO Nº 8.145, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2013.....	2036
<i>Altera o Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, para dispor sobre a aposentadoria por tempo de contribuição e por idade da pessoa com deficiência.</i>	
DECRETO Nº 8.264, DE 5 DE JUNHO DE 2014.....	2042
<i>Regulamenta a Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor quanto à carga tributária incidente sobre mercadorias e serviços.</i>	
DECRETO Nº 8.420, DE 18 DE MARÇO DE 2015.....	2057
<i>Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 8.433, DE 16 DE ABRIL DE 2015.....	2061
<i>Dispõe sobre a regulamentação dos art. 9º a art. 12, art. 17 e art. 22 da Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015.</i>	
DECRETO Nº 8.501, DE 18 DE AGOSTO DE 2015.....	2311
<i>Promulga a Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, firmada em Nova Iorque, em 30 de agosto de 1961.</i>	
DECRETO Nº 8.616, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015.....	2073
<i>Regulamenta o disposto na Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, e no art. 2º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 8.660, DE 29 DE JANEIRO DE 2016.....	2313
<i>Promulga a Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, firmada pela República Federativa do Brasil, em Haia, em 5 de outubro de 1961.</i>	
DECRETO Nº 8.726, DE 27 DE ABRIL DE 2016.....	2086
<i>Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil.</i>	
DECRETO Nº 8.737, DE 3 DE MAIO DE 2016.....	2096
<i>Institui o Programa de Prorrogação da Licença-Paternidade para os servidores regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.</i>	
DECRETO Nº 8.771, DE 11 DE MAIO DE 2016.....	2096
<i>Regulamenta a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para tratar das hipóteses admitidas de discriminação de pacotes de dados na internet e de degradação de tráfego, indicar procedimentos para guarda e proteção de dados por provedores de conexão e de aplicações, apontar medidas de transparência na requisição de dados cadastrais pela administração pública e estabelecer parâmetros para fiscalização e apuração de infrações.</i>	
DECRETO Nº 8.858, DE 26 DE SETEMBRO DE 2016.....	2101
<i>Regulamenta o disposto no art. 199 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal.</i>	
DECRETO Nº 8.870, DE 5 DE OUTUBRO DE 2016.....	2102
<i>Dispõe sobre a aplicação de procedimentos simplificados nas operações de exportação realizadas por microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional.</i>	
DECRETO Nº 8.945, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.....	2103
<i>Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</i>	
DECRETO Nº 9.039, DE 27 DE ABRIL DE 2017.....	2315
<i>Promulga a Convenção sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial, firmada em Haia, em 18 de março de 1970.</i>	
DECRETO Nº 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018.....	2140
<i>Atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.</i>	
DECRETO Nº 9.522, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018.....	2318
<i>Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013.</i>	
DECRETO Nº 9.830, DE 10 DE JUNHO DE 2019.....	2153
<i>Regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro.</i>	
DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019.....	2158
<i>Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.</i>	

DECRETO Nº 10.025, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019	2163
<i>Dispõe sobre a arbitragem para dirimir litígios que envolvam a administração pública federal nos setores portuário e de transporte rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroportuário, e regulamenta o inciso XVI do caput do art. 35 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o § 1º do art. 62 da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, e o § 5º do art. 31 da Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017.</i>	
DECRETO Nº 10.214, DE 30 DE JANEIRO DE 2020	2322
<i>Promulga o texto da Convenção de Viena sobre Sucessão de Estados em Matéria de Tratados, concluída em Viena, em 23 de agosto de 1978.</i>	
DECRETO Nº 10.215, DE 30 DE JANEIRO DE 2020	2328
<i>Promulga o texto do Protocolo Modificativo do Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul, de 19 de janeiro de 2007.</i>	
DECRETO Nº 10.411 DE 30 DE JUNHO DE 2020.....	2176
<i>Regulamenta a análise de impacto regulatório, de que tratam o art. 5º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o art. 6º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019</i>	
■ MEDIDAS PROVISÓRIAS	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.172-32, DE 23 DE AGOSTO DE 2001.....	1822
<i>Estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona e inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração.</i>	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.220, DE 4 DE SETEMBRO DE 2001	1822
<i>Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU e dá outras providências.</i>	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 946, DE 7 DE ABRIL DE 2020	2171
<i>Extingue o Fundo PIS-Pasep, instituído pela Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, transfere o seu patrimônio para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.</i>	
■ PORTARIA	
PORTARIA MT Nº 349, DE 23 DE MAIO DE 2018	2139
<i>Estabelece regras voltadas à execução da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, no âmbito das competências normativas do Ministério do Trabalho.</i>	
■ RESOLUÇÕES	
RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, DE 23 DE JANEIRO DE 1986.....	1388
<i>O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - IBAMA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 48 do Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983, para efetivo exercício das responsabilidades que lhe são atribuídas pelo artigo 18 do mesmo decreto, e Considerando a necessidade de se estabelecerem as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente:</i>	
RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001-A, DE 23 DE JANEIRO DE 1986.....	1390
<i>O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do artigo 7º do Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983, alterado pelo Decreto nº 91.305, de 3 de junho de 1985, e o artigo 48 do mesmo diploma legal, e considerando o crescente número de cargas perigosas que circulam próximas a áreas densamente povoadas, de proteção de mananciais, reservatórios de água e de proteção do ambiente natural, bem como a necessidade de se obterem níveis adequados de segurança no seu transporte, para evitar a degradação ambiental e prejuízos à saúde:</i>	
RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1997	1677
<i>Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 35, DE 24 DE ABRIL DE 2007	1926
<i>Disciplina a lavratura dos atos notariais relacionados a inventário, partilha, separação consensual, divórcio consensual e extinção consensual de união estável por via administrativa. (Redação dada pela Res. CNJ 326/2020)</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 60, DE 19 DE SETEMBRO DE 2008	1948
<i>Institui o Código de Ética da Magistratura Nacional.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 175, DE 14 DE MAIO DE 2013	2022
<i>Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo.</i>	
RESOLUÇÃO CFOAB Nº 02, DE 19 DE OUTUBRO DE 2015	1148
<i>Approva o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.</i>	
■ PROVIMENTOS	
PROVIMENTO CNJ Nº 37, DE 7 DE JULHO DE 2014.....	2043
<i>Dispõe sobre o registro de união estável, no Livro “E”, por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais.</i>	
PROVIMENTO CNJ Nº 51, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015	2069
<i>Dispõe sobre a averbação de carta de sentença expedida após homologação de sentença estrangeira relativa a divórcio ou separação judicial.</i>	

PROVIMENTO CNJ N. 65, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017	2136
<i>Estabelece diretrizes para o procedimento da usucapião extrajudicial nos serviços notariais e de registro de imóveis.</i>	
<i>DJE 15.12.2017</i>	

▪ INSTRUÇÕES NORMATIVAS

INSTRUÇÃO NORMATIVA TST Nº 39, DE 15 DE MARÇO DE 2016	2082
<i>Dispõe sobre as normas do Código de Processo Civil de 2015 aplicáveis e inaplicáveis ao Processo do Trabalho, de forma não exaustiva.</i>	
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 41, DE 21 DE JUNHO DE 2018.....	2140
<i>Dispõe sobre a aplicação das normas processuais da Consolidação das Leis do Trabalho alteradas pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.</i>	

▪ ATO TST

ATO TST Nº 491, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014	2052
<i>Aplicação da Lei 13.015/2014.</i>	

▪ DECLARAÇÃO UNIVERSAL

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS DE 1948	2207
---	------

ÍNDICE DAS NORMAS COVID-19 – ADENDO ESPECIAL

Constam no Adendo as principais normas editadas em decorrência da pandemia causada pelo Covid-19. Em virtude de seu caráter excepcional e transitório, sempre verifique se as normas aqui listadas ainda estão vigentes.

▪ DECRETOS

DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 2020	2552
<i>Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.</i>	
DECRETO Nº 10.282, DE 20 DE MARÇO DE 2020.....	2552
<i>Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.</i>	
DECRETO Nº 10.288, DE 22 DE MARÇO DE 2020.....	2553
<i>Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir as atividades e os serviços relacionados à imprensa como essenciais.</i>	
DECRETO Nº 10.315, DE 6 DE ABRIL DE 2020	2554
<i>Prorroga, de ofício, a vigência de instrumentos e o prazo para bloqueio dos restos a pagar de transferências voluntárias.</i>	
DECRETO Nº 10.316, DE 7 DE ABRIL DE 2020	2554
<i>Regulamenta a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).</i>	
DECRETO Nº 10.318, DE 9 DE ABRIL DE 2020	2556
<i>Reduz temporariamente as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre os produtos que menciona.</i>	
DECRETO Nº 10.350, DE 18 DE MAIO DE 2020	2556
<i>Dispõe sobre a criação da Conta destinada ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 e regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 10.352, DE 19 DE MAIO DE 2020	2558
<i>Reduz temporariamente a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre o produto que menciona.</i>	
DECRETO Nº 10.360, DE 21 DE MAIO DE 2020	2558
<i>Dispõe sobre a forma de identificação das autorizações de despesas relacionadas ao enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia e de seus efeitos sociais e econômicos.</i>	
DECRETO Nº 10.407, DE 29 DE JUNHO DE 2020.....	2558
<i>Regulamenta a Lei nº 13.993, de 23 de abril de 2020, que dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia da covid-19 no País.</i>	
DECRETO Nº 10.413, DE 2 DE JULHO DE 2020	2559
<i>Autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a prorrogar o período das antecipações de que tratam os art. 3º e art. 4º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.</i>	

▪ LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 172, DE 15 DE ABRIL DE 2020.....	2559
<i>Dispõe sobre a transposição e a transferência de saldos financeiros constantes dos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, provenientes de repasses federais.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 173, DE 27 DE MAIO DE 2020	2560
<i>Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.</i>	

▪ LEIS

LEI Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020.....	2562
<i>Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.</i>	
LEI Nº 13.982, DE 2 DE ABRIL DE 2020.....	2565
<i>Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante</i>	

período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

LEI Nº 13.989, DE 15 DE ABRIL DE 2020	2566
<i>Dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2).</i>	
LEI Nº 13.992, DE 22 DE ABRIL DE 2020	2567
<i>Suspende por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 1º de março do corrente ano, a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).</i>	
LEI Nº 13.993, DE 23 DE ABRIL DE 2020	2567
<i>Dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus no Brasil.</i>	
LEI Nº 13.998, DE 14 DE MAIO DE 2020	2567
<i>Promove mudanças no auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 14.010, DE 10 DE JUNHO DE 2020	2567
<i>Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19).</i>	
LEI Nº 14.016, DE 23 DE JUNHO DE 2020	2568
<i>Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano.</i>	
LEI Nº 14.017, DE 29 DE JUNHO DE 2020	2569
<i>Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.</i>	
LEI Nº 14.018, DE 29 DE JUNHO DE 2020	2570
<i>Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), no exercício de 2020, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19).</i>	
LEI Nº 14.020, DE 6 DE JULHO DE 2020	2571
<i>Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 14.022, DE 7 DE JULHO DE 2020	2575
<i>Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dispõe sobre medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e de enfrentamento à violência contra crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.</i>	

■ MEDIDAS PROVISÓRIAS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 928, DE 23 DE MARÇO DE 2020	2576
<i>Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, e revoga o art. 18 da Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020.</i>	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 931, DE 30 DE MARÇO DE 2020	2576
<i>Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e dá outras providências.</i>	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 933, DE 31 DE MARÇO DE 2020	2577
<i>Suspende, pelo prazo que menciona, o ajuste anual de preços de medicamentos para o ano de 2020.</i>	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 938, DE 2 DE ABRIL DE 2020	2577
<i>Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).</i>	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 944, DE 3 DE ABRIL DE 2020	2577
<i>Institui o Programa Emergencial de Suporte a Empregos.</i>	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 945, DE 4 DE ABRIL DE 2020	2579
<i>Dispõe sobre medidas temporárias em resposta à pandemia decorrente da covid-19 no âmbito do setor portuário e sobre a cessão de pátios sob administração militar.</i>	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 946, DE 7 DE ABRIL DE 2020	2580
<i>Extingue o Fundo PIS-Pasep, instituído pela Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, transfere o seu patrimônio para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.</i>	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 948, DE 8 DE ABRIL DE 2020	2581
<i>Dispõe sobre o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e cultura em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).</i>	

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 950, DE 8 DE ABRIL DE 2020	2582
<i>Dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (covid-19).</i>	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 951, DE 15 DE ABRIL DE 2020	2582
<i>Estabelece normas sobre compras públicas, sanções em matéria de licitação e certificação digital e dá outras providências.</i>	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 952, DE 15 DE ABRIL DE 2020	2582
<i>Dispõe sobre a prorrogação do prazo para pagamento de tributos incidentes sobre a prestação de serviços de telecomunicações.</i>	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 958, DE 24 DE ABRIL DE 2020	2583
<i>Estabelece normas para a facilitação do acesso ao crédito e mitigação dos impactos econômicos decorrentes da pandemia de coronavírus (covid-19).</i>	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 959, DE 29 DE ABRIL DE 2020	2583
<i>Estabelece a operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial mensal de que trata a Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020, e prorroga a vacatio legis da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.</i>	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 960, DE 30 DE ABRIL DE 2020	2583
<i>Prorroga os prazos de suspensão de pagamentos de tributos previstos nos atos concessórios do regime especial de drawback, que tenham sido prorrogados por um ano pela autoridade fiscal e tenham termo em 2020.</i>	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 961, DE 6 DE MAIO DE 2020	2584
<i>Autoriza pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos, adequa os limites de dispensa de licitação e amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.</i>	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 966, DE 13 DE MAIO DE 2020	2584
<i>Dispõe sobre a responsabilização de agentes públicos por ação e omissão em atos relacionados com a pandemia da covid-19.</i>	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 975, DE 1º DE JUNHO DE 2020	2584
<i>Institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito e altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020.</i>	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 982, DE 13 DE JUNHO DE 2020	2586
<i>Dispõe sobre a conta do tipo poupança social digital.</i>	
▪ PORTARIAS	
PORTARIA DEPEN Nº 4 DE 15 DE MARÇO DE 2020	2587
<i>Suspende as visitas sociais, atendimentos de advogados e as escoltas dos presos custodiados nas Penitenciárias Federais do Sistema Penitenciário Federal do Departamento Penitenciário Nacional como forma de prevenção, controle e contenção de riscos do Novo Coronavírus.</i>	
PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 7, DE 18 DE MARÇO DE 2020	2587
<i>Dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública previstas na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, no âmbito do Sistema Prisional.</i>	
PORTARIA MINISTÉRIO DA ECONOMIA Nº 139, DE 3 DE ABRIL DE 2020	2588
<i>Prorroga o prazo para o recolhimento de tributos federais, na situação que especifica em decorrência da pandemia relacionada ao Coronavírus.</i>	
PORTARIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE Nº 188, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020	2588
<i>Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV).</i>	
PORTARIA CONJUNTA Nº 255, DE 22 DE MAIO DE 2020	2589
<i>Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.</i>	
PORTARIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE Nº 356, DE 11 DE MARÇO DE 2020	2590
<i>Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).</i>	
PORTARIA FUNAI Nº 419, DE 17 DE MARÇO DE 2020	2591
<i>Estabelece medidas temporárias de prevenção à infecção e propagação do novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.</i>	
▪ RESOLUÇÕES	
RESOLUÇÃO ANTAQ Nº 7.636, DE 20 DE MARÇO DE 2020	2591
<i>Estabelecer medidas em resposta à emergência de saúde pública no âmbito do transporte aquaviário de passageiros e nas instalações portuárias em razão da epidemia do coronavírus (COVID-19).</i>	
RESOLUÇÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA Nº 152, DE 18 DE MARÇO DE 2020	2592
<i>Prorroga o prazo para pagamento dos tributos federais no âmbito do Simples Nacional.</i>	

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR ON-LINE

LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 135, DE 4 DE JUNHO DE 2010

Altera a Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato.

LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 7 DE AGOSTO DE 2014

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nºs 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 148, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios; e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 155, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

LEI COMPLEMENTAR Nº 157, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), e a Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, que “dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidos, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências”.

DECRETOS-LEIS

DECRETO-LEI 1.608, DE 18 DE SETEMBRO DE 1939

Código de Processo Civil.

DECRETO-LEI Nº 73, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.

DECRETOS

DECRETO Nº 591, DE 6 DE JULHO DE 1992

Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação.

DECRETO Nº 6.523, DE 31 DE JULHO DE 2008

Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar normas gerais sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC.

DECRETO Nº 8.538, DE 6 DE OUTUBRO DE 2015

Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.

DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016

Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

DECRETO Nº 8.742, DE 4 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre os atos notariais e de registro civil do serviço consular brasileiro e da dispensa de legalização no Brasil das assinaturas e atos emanados das autoridades consulares brasileiras.

DECRETO Nº 9.094, DE 17 DE JULHO DE 2017

Regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Ementa com redação dada pelo Decreto nº 9.723/2019).

DECRETO Nº 9.508, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018

Cotas para pessoas com deficiência.

DECRETO Nº 9.586, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2018

Institui o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres e o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica.

DECRETO Nº 9.991, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento.

LEIS

LEI Nº 8.866, DE 11 DE ABRIL DE 1994

Dispõe sobre o depositário infiel de valor pertencente à Fazenda Pública e dá outras providências.

LEI Nº 10.446, DE 8 DE MAIO DE 2002

Dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1º do art. 144 da Constituição.

LEI Nº 10.684, DE 30 DE MAIO DE 2003

Altera a legislação tributária, dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social e dá outras providências.

LEI Nº 12.619, DE 30 DE ABRIL DE 2012

Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e 12.023, de 27 de agosto de 2009, para regular e disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; e dá outras providências.

LEI Nº 12.790, DE 14 DE MARÇO DE 2013

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de comerciante.

LEI Nº 12.874, DE 29 DE OUTUBRO DE 2013

Altera o art. 18 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, para possibilitar às autoridades consulares brasileiras celebrarem a separação e o divórcio consensuais de brasileiros no exterior.

LEI Nº 13.010, DE 26 DE JUNHO DE 2014

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

LEI Nº 13.243, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015.

LEI Nº 13.363, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estipular direitos e garantias para a advogada gestante, lactante, adotante ou que der à luz e para o advogado que se tornar pai.

LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

LEI Nº 13.432, DE 11 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre o exercício da profissão de detetive particular.

LEI Nº 13.446, DE 25 DE MAIO DE 2017

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para elevar a rentabilidade das contas vinculadas do trabalhador por meio da distribuição de lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dispor sobre possibilidade de movimentação de conta do Fundo vinculada a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015.

LEI Nº 13.457, DE 26 DE JUNHO DE 2017

Altera as Leis nos 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória da Carreira de Perito Médico Previdenciário e da Carreira de Supervisor Médico-Pericial; e institui o Bônus Especial de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade.

LEI Nº 13.606, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

Institui o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.870, de 15 de abril de 1994, 9.528, de 10 de dezembro de 1997, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 10.522, de 19 de julho de 2002, 9.456, de 25 de abril de 1997, 13.001, de 20 de junho de 2014, 8.427, de 27 de maio de 1992, e 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e dá outras providências.

LEI Nº 13.675, DE 11 DE JUNHO DE 2018

Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012.

LEI Nº 13.819, DE 26 DE ABRIL DE 2019

Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

LEI Nº 13.872, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019

Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União.

ESTATUTO**ESTATUTO DOS REFUGIADOS – LEI Nº 9.474, DE 22 DE JULHO DE 1997**

Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.

RESOLUÇÕES**RESOLUÇÃO CNMP Nº 23, DE 17 DE SETEMBRO DE 2007**

Regulamenta os artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e os artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/9193, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do inquérito civil.

RESOLUÇÃO CNMP Nº 36, DE 6 DE ABRIL DE 2009

Dispõe sobre o pedido e a utilização das interceptações telefônicas, no âmbito do Ministério Público, nos termos da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996.

RESOLUÇÃO Nº 459, DE 5 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre a regulamentação dos procedimentos relativos à expedição de ofícios requisitórios pelos Centros Judiciais de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSCONs e pelas demais unidades de conciliação, em procedimentos pré-processuais, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

PROVIMENTOS**PROVIMENTO CFOAB Nº 164, DE 21 DE SETEMBRO DE 2015**

Cria o Plano Nacional de Valorização da Mulher Advogada e dá outras providências.

PROVIMENTO CFOAB Nº 166, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a advocacia pro bono.

PROVIMENTO CFOAB Nº 169, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre as relações societárias entre sócios patrimoniais e de serviços, e o advogado associado previsto no art. 39 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil.

PROVIMENTO CFOAB Nº 170, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre as sociedades unipessoais de advocacia.

PROVIMENTO CFOAB Nº 175, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a digitalização e guarda de autos de inscrição de advogados, estagiários e consultores em direito estrangeiro e de registro de atos de sociedades de advogados.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS TST**INSTRUÇÃO NORMATIVA TST Nº 38, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015**

Regulamenta o procedimento do Incidente de Julgamento dos Recursos de Revista e de Embargos à SbDI-1 repetitivos.

INSTRUÇÃO NORMATIVA TST Nº 40, DE 15 DE MARÇO DE 2016

Dispõe sobre o cabimento de agravo de instrumento em caso de admissibilidade parcial de recurso de revista no Tribunal Regional do Trabalho e dá outras providências.

SÚMULAS

TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

FONAJE - FÓRUM NACIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

ENUNCIADOS ADMINISTRATIVOS - STJ

SÚMULAS DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS (EXTINTO)